



VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição:** A VR Benefícios Serviços de Processamento S.A. ("Companhia" ou "VR Benefícios") tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. Para viabilizar o seu papel como empresa sólida e referência no setor, a VR Benefícios conta com um portfólio completo e variado de produtos que atendem às diversas necessidades de seus Clientes-RH. Os diversos produtos oferecidos ainda contam com diferenciais competitivos técnicos e de relacionamento. Nesse sentido, a VR Benefícios oferece cartões com microchips aceitos por uma rede de Estabelecimentos Comerciais presente em 99% do território nacional e uma plataforma integralmente online para acompanhamento do histórico de transferências realizadas e saldo por parte de seus Clientes-RH, Usuários-Beneficiários e Estabelecimentos Comerciais credenciado. Em 17 de abril de 2020, os acionistas aprovaram um aporte de capital no valor de R\$ 310.000, mediante a emissão de 15.218.458 novas ações no valor de R\$ 1 real cada ação. O aumento de capital foi subscrito por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% da empresa

Pontomais Tecnologia S.A., e em 27 de março de 2023 foi realizada aquisição de 44% das ações, e em 30 de Abril de 2024 foi realizada aquisição de 5% das ações totalizando 100% das ações da empresa, que tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online. Em 19 de abril de 2021, foi recebido o valor de R\$ 211.511, corrigido pelo CDI, referente a integralização de capital, realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 23 de setembro de 2021, foi constituída e adquirido 50% da empresa Mazi Holding Ltda., que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Global Serviços de Marketing S.A., e em 09 de novembro de 2023 foi realizada aquisição de 24,90% das ações totalizando 100% das ações da empresa, que possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes. Em 01 de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A., e em 14 de novembro de 2024 foi realizada aquisição de 49,90% das ações totalizando 100% e sua atividade consiste no serviço de gestão benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 10 de outubro de 2023, foi realizada a aquisição de 60% da empresa VExpenses S.A. e sua atividade consiste no serviço de desenvolvimento de software; cessão de direito de uso de sistema de computação, dentre outros. Em 01 de maio 2025, a Companhia concluiu o processo de incorporação da empresa PontoMais Tecnologia S/A, com o objetivo de simplificar sua estrutura societária, capturar sinergias operacionais e fortalecer a integração dos negócios. A operação foi aprovada nos respectivos órgãos societários competentes e implementada conforme a legislação vigente. Em 9 de setembro de 2025, foi celebrado o Acordo de Cotistas da Classe Única do V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos

Creditórios – FIDC, envolvendo a VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A., o FIC Zeta, o Banco VR S.A., o Banco BTG Pactual S.A. e o Gestor BTG Pactual Asset Management S.A. Em 01 de novembro 2025, a Companhia concluiu o processo de incorporação da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A. com o objetivo de simplificar sua estrutura societária, capturar sinergias operacionais e fortalecer a integração dos negócios. A operação foi aprovada nos respectivos órgãos societários competentes e implementada conforme a legislação vigente. Em 2025, o ambiente regulatório passou por mudanças relevantes para o setor. Foi publicado o Decreto nº 12.712/2025, que atualiza as regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), incluindo a obrigatoriedade de arranjos de pagamento abertos, interoperabilidade entre emissores e credenciadores, limites de taxas aplicáveis e novos prazos de liquidação financeira. A Companhia acompanha essas definições e vem promovendo as adaptações necessárias em seus processos e sistemas, de forma a assegurar total conformidade. No campo tributário, avançaram as discussões da Reforma Tributária decorrente da Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui o novo modelo de tributação sobre o consumo. Como as regras dependem de regulamentações complementares, seus impactos financeiros e operacionais ainda não são integralmente mensuráveis. A Administração monitora continuamente o tema para garantir adequação futura às normas e mitigar eventuais riscos regulatórios. O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em 2024, foram deliberados pagamentos de dividendos com base na proposta da Administração.

A Administração
São Paulo, 31 de março de 2026.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante		3.173.107	2.664.742
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.457.502	1.963.048
Contas a receber de clientes	5	574.565	566.392
Impostos a recuperar	6	133.113	128.826
Despesas antecipadas		871	548
Outras contas a receber		7.056	5.928
Não circulante		700.938	725.665
Imposto diferido	13b	81.721	103.199
Depósitos judiciais	12a	914	796
Contas a receber com partes relacionadas	30	6.753	50.598
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	8	47.723	-
Investimentos	9	282.228	430.621
Imobilizado	10	14.319	14.427
Intangível	11	267.280	126.023
Total do ativo		3.874.045	3.390.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)			
	Nota	2025	2024
Receita líquida	21	1.172.728	994.018
Custo dos serviços vendidos	22	(603.613)	(557.058)
Resultado operacional bruto		569.115	436.959
Despesas gerais e administrativas	23	(221.154)	(147.873)
Despesas com pessoal	24	(331.392)	(318.043)
Despesas tributárias	25	(70.512)	(71.357)
Resultado de participação	9	(22.200)	(7.053)
Reversões (provisões) diversas	27	826	8.745
Outras receitas (despesas) operacionais	28	1.853	85.670
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(73.464)	(12.951)
Resultado financeiro	26	280.806	179.505
Resultado operacional		207.342	166.554
Resultado não operacional		(1.717)	(1.722)
Resultado antes da tributação		205.625	164.832
Imposto de renda e contribuição social	13a	(51.738)	(58.491)
Imposto diferido	13a	(21.478)	(30.081)
Lucro líquido do exercício		132.409	76.261
Lucro líquido por ações		0,86	0,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucro	Reserva de lucros	
					Dividendos obrigatórios não distribuídos	Lucros acumulados
	Total					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	154.405	294.782	11.101	204.703	3.399	668.390
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(3.399)	(3.399)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	76.261	76.261
Destinação proposta:						
Reservas/dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	3.813	68.826	3.622	(76.261)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	154.405	294.782	14.914	273.529	3.622	741.252
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(3.622)	(3.622)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	132.409	132.409
Destinação proposta:						
Dividendos adicionais deliberados	-	-	-	(20.783)	-	(20.783)
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	(6.289)	-	(6.289)
Reservas	-	-	6.621	125.788	-	(132.409)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	154.405	294.782	21.535	372.245	-	842.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	2025	2024	
Lucro líquido do exercício	132.409	76.261	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultados abrangentes do exercício	132.409	76.261	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	2025	2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	132.409	76.261	
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	49.134	29.982	
Resultado de participação em controlada	22.200	7.053	
Rendas de fundos de investimentos – FIDC	(2.894)	-	
Reversão da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	291	(8.157)	
Provisão (reversão) para créditos prog. fidelidade	4.858	20.135	
Provisão (reversão) das provisões para riscos fiscais e obrigações legais	(1.117)	(588)	
Provisão (reversão) para incentivos de longo prazo e participação nos lucros	57.883	92.695	
Provisão de reabertura s/domicílio bancário	10.190	-	
Imposto de renda diferido	21.478	30.081	
Baixas de ativo imobilizado	105	53	
Juros provisionados de passivos de arrendamento	1.101	1.093	
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	51.738	58.491	
Variáveis nos ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	13.535	74.225	
(Aumento) redução em impostos a recuperar	68.370	23.168	
(Aumento) redução em despesas antecipadas	1.215	78	
(Aumento) redução em outras contas a receber	(275)	(392)	
(Aumento) redução em depósitos judiciais	(119)	5	
Aumento em créditos em circulação	350.493	100.007	
Aumento (redução) em fornecedores	(13.051)	(4.295)	
Redução em obrigações fiscais	(60.998)	(40.083)	
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	(52.080)	(20.167)	
Aumento (redução) em outras obrigações	7.679	(9.123)	
Aumento em mútuo a receber	(12.599)	(14.106)	
Juros pagos de passivos de arrendamento	(887)	(1.110)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(68.463)	(58.174)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	580.195	357.131	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(44.829)	-	
Aquisição de investimento	(26.369)	(46.079)	
Aquisição de imobilizado	(3.600)	(896)	
Aquisição de intangível	(28.461)	(35.693)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(103.259)	(82.668)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	(24.405)	(3.399)	
Valores pagos de passivos de arrendamento	(1.940)	(1.690)	
Valores pagos para sociedades ligadas	(12.095)	(20.634)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(38.440)	(25.723)	
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	438.497	248.740	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.019.005	1.714.308	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.457.502	1.963.048	
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	438.497	248.740	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional – a. Objeto social: A VR Benefícios Serviços de Processamento S/A. ("Companhia") tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. A sede da Companhia está localizada na Avenida dos Bandeirantes nº 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900. O Programa de Alimentação do Trabalhador, desenvolvido pelo Governo Federal em 1.976 (Lei nº 6.321), tem como objetivo proporcionar melhores condições nutricionais aos trabalhadores, para motivar a participação das empresas, o programa concede isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício e dedução de até 4% do Imposto de Renda devido. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considera o crescimento das operações no mercado de cartões de benefícios. **2. Apresentação das demonstrações financeiras – b. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou a faculdade prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas e quando acionistas e cotistas deliberam pela adoção dessa faculdade. A Smart Net Holdings S.A. é a controladora dessa Companhia e apresenta as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de março de 2026. **c. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **d. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor máximo mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **f. Incorporação realizada em 2025:** As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 refletem os efeitos da incorporação de suas investidas Pontomais Tecnologia S.A. e VR Mobilidade e Tecnologia S.A., cuja operação foi concluída durante o exercício, conforme atos societários aprovados. A incorporação teve como objetivo a simplificação da estrutura societária, aumento da eficiência administrativa e integração operacional dos negócios. Com a efetivação da operação, as investidas incorporadas foram extintas, e todos os seus ativos, passivos, direitos e obrigações passaram a ser controlados diretamente pela Companhia. Os impactos financeiros da incorporação foram devidamente reconhecidos nas demonstrações financeiras, não havendo efeitos relevantes no resultado do exercício, maiores detalhes veja nota 9 – Investimento. **3. Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros – não derivativos:** Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativo e passivo financeiro. (i)

Caixa e equivalentes de caixa: Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa são representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, incluídos na rubrica de disponibilidades com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo, tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. (ii) **Recebíveis:** São representados por contas a receber de empresas conveniadas por aquisição de produtos de benefícios, sem características de crédito, e registrados ao valor de face em contrapartida à rubrica de "Créditos em circulação". Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros. • Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia mensura a provisão para perda de crédito esperada em um montante igual a perda de crédito esperada para 12 meses. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. **c. Investimentos:** O investimento em controlada em conjunto e *joint-venture* é registrado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **d. Combinação de negócios:** As combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de ativos adquiridos atende à definição de negócio e o controle é transferido para a companhia determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a companhia avalia se o conjunto adquirido inclui pelo menos uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para

a capacidade de gerar resultados futuros. A contraprestação transferida é geralmente mensurada pelo valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio resultante da transação é testado anualmente quanto à redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui valores relativos ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente for classificada como um instrumento de patrimônio, ela não é remensurada e a liquidação é registrada no patrimônio. A contraprestação contingente restante é remensurada ao valor justo a cada data de relatório e as alterações subsequentes no valor justo são registradas na demonstração do resultado. **e. Ágio:** O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integral o valor contábil do investimento nas controladas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. **f. Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens (*impairment*), quando aplicável, conforme CPC 27, e inclui

continua ...





VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da Companhia, decorrentes de operações que transferem à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **g. Direito de uso:** O direito de uso sobre contrato de aluguel de imóvel da sede da Companhia, situada em São Paulo, são contabilizados usando o método de contabilização de leasing, inclusive seu reajuste anual, em que todos os contratos são reconhecidos nos balanços das arrendatárias da seguinte forma no ativo pelo direito de uso, no passivo pela obrigação financeira e despesa de juros. O direito de uso é apresentado na rubrica de imobilizado. **h. Intangível:** Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada ativo, os que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos. **i. Valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como outras despesas operacionais. Não houve a necessidade de constituição de **impairment** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. **j. Créditos em circulação:** Representam as obrigações decorrentes dos créditos em circulação, que se encontram em poder dos usuários e estabelecimentos credenciados, avaliados pelo valor de face dos créditos. **k. Programa de fidelidade:** Controla as obrigações decorrentes do programa de fidelidade, o VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltado para as empresas parceiras, o qual possibilita o acúmulo de pontos para resgatar no marketplace ou realizar pagamento de boletos, voltado para mais saúde e nutrição para os trabalhadores. **l. Incentivo variável de longo prazo – ILP:** O presente Plano de Incentivo tem como principal objetivo criar mecanismos de retenção e motivação para executivos de alto potencial na Companhia. Além disso, busca estimular a realização dos objetivos estratégicos da empresa, oferecendo aos participantes a possibilidade de adquirir incentivos de longo prazo. Este plano de incentivo não causará, em nenhuma hipótese, o direito do participante tornar-se sócio quotista da Companhia, já que eventual incentivo será pago nos termos das regras do plano de incentivo. Atualmente, a Companhia conta com dois planos de incentivos variáveis de longo prazo (ILP 1.0 e ILP 2.0). O valor de incentivo coletivo será definido a depender do valor final da Companhia, por meio de Valuation Gerencial da Companhia definido em política interna, que observará os seguintes critérios: - ILP 1.0 – 50% do valor equivalente a 4 vezes a Receita Bruta do último exercício e 50% equivalente a 12 vezes o Ebitda, acrescido do Resultado Financeiro, do último exercício. Tendo como prazo final o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. - ILP 2.0 – 30% do valor equivalente a 4 vezes a Receita Bruta do último exercício e 70% equivalente a 12 vezes o Ebitda, acrescido do Resultado Financeiro, do último exercício. Tendo como prazo final o exercício findo em 31 de dezembro de 2027. **m. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **n. Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Passivos contingentes** – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota para os processos civis e fiscais. Para os processos trabalhistas, é efetuada perda média histórica e aplicada para todas as causas. **Provisões** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas fiscais, trabalhistas e civis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração, e divulgadas em notas explicativas. **o. Capital social:** Representado exclusivamente por ações. Os aumentos ou redução de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto da Companhia. **p. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 9%. Os créditos tributários foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base nas alíquotas vigentes. **q. Novas normas, futuros requerimentos e outras alterações** • **Novos requerimentos atualmente em vigor:** A tabela abaixo apresenta a lista das recentes alterações nas Normas que estão em vigor.

Data efetiva **Novas normas ou alterações**
1º de janeiro de 2025 Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02)
A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2025. • **Futuros requerimentos:** A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva **Novas normas ou alterações**
1º de Janeiro de 2026 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (alteração às CPC 48 e CPC 40)
1º de Janeiro de 2027 CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

• **Outras alterações: Reforma tributária:** Reforma Tributária (EC 132/2023): continuação em tramitação as leis complementares que regulamentam a criação da CBS e IBS. Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos contábeis mensuráveis, pois as alíquotas, regimes específicos e regras de crédito financeiro permanecem pendentes de definição. **Alterações no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)** O Decreto nº 12.712/2025, publicado em 11 de novembro de 2025, estabeleceu novos parâmetros para arranjos de pagamento utilizados no PAT. As principais exigências possuem prazos de implementação escalonados: • Em 90 dias: limites máximos de taxas (MDR e intercâmbio) e novo prazo de liquidação financeira (arts. 182-B e 182-C). • Em 180 dias: obrigatoriedade de arranjos abertos para emissores que atendam mais de 500 mil trabalhadores (art. 174, § 1º). • Em 360 dias: interoperabilidade plena entre emissores e credenciadores (art. 177). A Companhia segue implementando os ajustes necessários para garantir conformidade regulatória dentro dos prazos estabelecidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	12.280	7.538
Aplicações financeiras (*)	2.445.222	1.955.509
	2.457.502	1.963.047

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados à taxa média de 88% a 114% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 2 de janeiro de 2026 a 9 de junho de 2033 (2024 – 88% a 114% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 2 de janeiro de 2025 a 09 de junho de 2033), sem o risco de mudança significativa do valor. Os CDBs possuem liquidez imediata podendo ser resgatados a qualquer momento sem qualquer penalidade. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía fiança no montante de R\$ 150.770 (R\$ 56.520 em 2024), com lastros nessas aplicações financeiras, cujo vencimento é de até 12 meses da data dessa demonstração financeira.

5. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber de clientes	583.971	575.430
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(9.405)	(9.038)
	574.566	566.392

Contas a receber de clientes são relativos aos produtos de alimentação e refeição com vencimento no máximo de 90 dias. O vencimento das contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era:

A vencer	2025	2024
Vencidas	570.640	564.460
De 30 a 90 dias	7.039	5.158
De 91 a 180 dias	959	509
De 181 a 360 dias	5.333	5.303
Saldo no fim do exercício	583.971	575.430

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao percentual contábil das contas a receber de clientes, estão demonstrados, conforme quadro abaixo.

	Taxas	2025	2024
Risco Zero	0,50%	(395)	(656)
Risco baixo	3% a 20%	(1.061)	(263)
Risco razoável	50%	(220)	(105)
Risco considerável	70% a 100%	(7.729)	(8.014)
Saldo no fim do exercício		(9.405)	(9.038)

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	2025	2024
Saldo no início do exercício (+ -) Adições/ Reversões	(9.038)	(17.195)
Incorporação (nota 2.1)	(291)	8.157
Saldo no fim do exercício	(9.405)	(9.038)

6. Impostos a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	21.352	14.252
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	89.412	95.518
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	21.920	18.871
Outros	429	185
	133.113	128.826

7. Contas a receber com partes relacionadas – A Companhia possui contrato de mútuo a receber com a sua investida Vexpenses S.A. (Controlada) no qual são previstas liberações à taxa média de 120% do Certificado de Depósito Interbancário, que possuem prazo indeterminado. No decorrer do exercício de 2025 houve liberações, sendo que em 31 de dezembro de 2025, o saldo do mútuo é de R\$ 6.753. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía mútuo a receber no montante de R\$ 50.598 junto à sua investida VR Mobilidade e Tecnologia S.A., com liberações remuneradas à taxa média de 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e prazo de vencimento de 36 meses, contados a partir da data de cada liberação. Em 1º de novembro de 2025, a referida investida foi incorporada pela Companhia, ocasião em que o saldo do mútuo foi integralmente liquidado por meio de encontro de contas, não havendo movimentação de caixa associada à liquidação. Em razão desse evento, não há saldo de mútuo a receber em 31 de dezembro de 2025.

8. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	2025	2024
Investimento em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC	47.723	—
	47.723	—

A Companhia detém cotas da classe única do V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada (“FIDC”), classificado como condomínio fechado e regulado pela Resolução CVM nº 175, administrado por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. **Controle:** Embora a Companhia seja detentora das cotas emitidas pelo referido FIDC, a Administração avaliou os critérios de controle previstos no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, concluindo que não detém controle sobre o Fundo, uma vez que: • o investimento foi estruturado conjuntamente com o outro cotista e seus prestadores de serviços (administrador fiduciário e gestor), com governança compartilhada via Comitê de Acompanhamento, incluindo discussões sobre política de crédito, política de cobrança, composição e desempenho da carteira, bem como direitos de voto em assembleias, conforme Acordo de Cotistas firmado entre as partes, • a Companhia não possui poder para dirigir, de forma unilateral, as atividades relevantes que afetam significativamente os retornos do FIDC; e • a exposição da Companhia aos resultados do Fundo decorre exclusivamente de sua condição de cotista: As cotas do FIDC são classificadas como ativo financeiro, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, uma vez que representam direitos contratuais da Companhia a fluxos de caixa futuros. Considerando o modelo de negócios adotado pela Companhia para gestão desse investimento, bem como as características dos fluxos de caixa associados às cotas do FIDC – os quais não atendem ao critério de recebimento exclusivo de principal e juros –, o referido investimento foi classificado como ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR). Mensuração do valor justo: o valor justo é apurado com base no valor patrimonial da cota divulgado pelo administrador fiduciário/gestor do FIDC, conforme as obrigações de divulgação previstas na RCVM 175 (demonstrações e informes periódicos de fundos).

9. Investimento – Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% da empresa Pontomais Tecnologia S.A. pelo valor de R\$ 27.017, a investida tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online e gestão de jornada sem burocracia, a aquisição gerou um ágio de R\$ 21.320. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020. Em 23 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50% da empresa Mazi Holding Ltda, a controlada em conjunto tem por objeto social a participação em outras sociedades. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Global Services de Marketing S.A., a controlada em conjunto possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes, a aquisição gerou um ágio de R\$ 9.212. Em 1º de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A., a controlada em conjunto tem como principal atividade a prestação de serviço de gestão de benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, a aquisição gerou um ágio de R\$ 17.426. Em 27 de março de 2023, foi realizada a aquisição de 44% da empresa Pontomais Tecnologia S.A., no valor de R\$ 88.780, a aquisição gerou um ágio de R\$ 88.010. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2023 e 27 de março de 2023. Após essa aquisição a Companhia passou a deter 95% de participação da investida. Em 23 de junho de 2023, foi realizado aumento de capital no valor R\$ 5.000, na empresa Pontomais Tecnologia S.A., conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de julho de 2023. Em 9 de novembro de 2023, foi realizada a aquisição de 24,90% no valor de R\$ 7.000, da empresa Global Services de Marketing S.A., totalizando 100% das ações da empresa, essa aquisição gerou um ágio de R\$ 7.690. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2023. Em 10 de outubro de 2023,

	% Participação	2025	2024	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Valor contábil do investimento	Resultado de participação
PontoMais tecnologia S.A.	—	100	—	7.385	4.382	5.442	5.181
Global serviços de marketing S.A	100	100	(4.104)	(7.906)	(10.228)	(6.019)	(6.007)
VR Mobilidade e Tecnologia S.A	—	100	—	2.517	(3.697)	(5.244)	(2.121)
VExpenses S.A	60	60	(2.618)	2.405	(5.023)	(1.599)	(960)
Mazi Holding Ltda.	50	50	409.613	417.055	(19.266)	(6.292)	(3.146)
			402.891	421.456	(33.832)	(13.712)	(7.053)

Movimentação do investimento

	Saldos em 31/12/2024	Aumentos do Investimento	Incorporação	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2025
PontoMais tecnologia S.A (1)	7.385	10	(11.767)	4.372	(1.04)
Global serviços de marketing S.A	(7.906)	14.030	—	(10.228)	(4.104)
VR Mobilidade e Tecnologia S.A (1)	2.517	—	1.180	(3.697)	(1.571)
VExpenses S.A	1.443	—	—	(3.014)	(1.571)
Mazi Holding Ltda.	212.813	11.824	—	(9.633)	215.004
	216.252	25.864	(10.587)	(22.200)	209.720
	213.885	—	(147.650)	—	66.235
	484	505	—	—	989
	430.621	26.369	(158.237)	(22.200)	276.553

Investimento em controladas e controladas em conjunto

	2025	2024
Ágio (2)	—	—
Outros Investimentos	484	505
Total de investimentos	484	505

Investimentos Passivo a descoberto

	2025	2024
Contas a receber de clientes	583.971	575.430
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(9.405)	(9.038)
	574.566	566.392

Contas a receber de clientes são relativos aos produtos de alimentação e refeição com vencimento no máximo de 90 dias. O vencimento das contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era:

A vencer	2025	2024
Vencidas	570.640	564.460
De 30 a 90 dias	7.039	5.158
De 91 a 180 dias	959	509
De 181 a 360 dias	5.333	5.303
Saldo no fim do exercício	583.971	575.430

foi realizada a aquisição de 60% da empresa VExpenses S.A., no valor de R\$ 52.539, a atividade da investida consiste no serviço de desenvolvimento de software; cessão de direito de uso de sistema de computação, eventos, treinamentos, palestras, conferências e atividades de apoio a empresas; prestação de serviços administrativos para terceiros, serviços especializados em tratamento de dados, prestação de serviços de consultoria empresarial e prestação de serviços de assessoria econômica e financeira. Essa aquisição gerou um ágio de R\$ 49.831. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2023. Em 28 de março e 30 de abril de 2024 foi realizada aquisição de 5% das ações, da empresa Pontomais Tecnologia S.A. pelo valor de R\$ 6.112, totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R\$ 5.992, conforme contrato de compra e venda. Em 11 de novembro de 2024 foi realizada aquisição de 49,90% das ações da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A., pelo valor de R\$ 25.552, totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R\$ 28.046, conforme contrato de compra e venda. **Contraprestação contingente:** A Companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores da VExpenses S.A um valor adicional de R\$ 29.061 dentro de um prazo de 1 ano após a data da transação, caso a receita bruta seja superior a R\$13.500. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo da contraprestação contingente foi mensurada no valor de R\$ 24.198. Em 31 de dezembro de 2024, decorrido o prazo inicial de 1 ano após a aquisição, houve a apuração do valor final dessa contraprestação em R\$ 20.855. Esse montante que deverá ser liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela foi paga em 14 de novembro de 2024 no valor de R\$ 10.427, e a segunda parcela foi paga em 28 de novembro de 2025 no valor de R\$ 11.904 corrigida pela variação mensal de 100% do CDI. **Incorporação de controladas:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi concluído o processo de incorporação das controladas PontoMais Tecnologia S.A e VR Mobilidade e Tecnologia S.A pela Companhia, conforme atos societários aprovados. As incorporações foram aprovadas pelas assembleias realizadas em 1º de maio de 2025 para PontoMais Tecnologia S.A e 1º de novembro de 2025 para VR Mobilidade e Tecnologia S.A com base nos respectivos laudos de avaliação patrimonial elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida operação caracteriza-se como reorganização societária entre entidades sob controle comum, uma vez que, antes e após a operação, ambas as sociedades encontravam-se sob o controle final do mesmo acionista/controlador, não havendo, portanto, alteração no controle do grupo econômico. Considerando a natureza da operação, a incorporação não se enquadra no conceito de combinação de negócios, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, o qual exclui de seu escopo as transações realizadas entre entidades sob controle comum. Dessa forma, a incorporação foi contabilizada com base nos princípios estabelecidos nos Pronunciamentos Técnicos CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Controlada e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, adotando-se o critério da continuidade dos valores contábeis. Os ativos e passivos da sociedade incorporada foram reconhecidos pela Companhia pelos valores contábeis históricos registrados nas demonstrações financeiras da incorporada, vigentes na data da incorporação, não tendo sido efetuados ajustes a valor justo. **Efeitos da incorporação:** Em decorrência da operação: • o investimento anteriormente registrado para a Companhia na controlada incorporada foi baixado; • os ativos e passivos da sociedade incorporada passaram a ser reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia; • não houve reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), tampouco de ganho por compra vantajosa; • o ágio alocado no investimento referente a aquisição das controladas incorporadas foi transferido para a conta de intangível • a operação não gerou impactos no resultado do exercício, por se tratar de transação sem substância econômica nova para o grupo. **Informações comparativas:** As demonstrações financeiras comparativas não foram reapresentadas, uma vez que, considerando que a incorporação não alterou o controle final nem a substância econômica das operações do grupo. **PontoMais Tecnologia S.A.**

Ativo	Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante	Passivo circulante
Ativo não circulante	Passivo não circulante
Investimentos	Patrimônio líquido
Imobilizado	
Intangível	
Total do ativo	Total do passivo e PL

Ativo	Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante	Passivo circulante
Ativo não circulante	Passivo não circulante
Valores a receber	Patrimônio líquido
Imobilizado	
Intangível	
Total do ativo	Total do passivo e PL

Os investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim apresentados:

	2025	2024
Investimentos em controladas e controlada em conjunto	204.807	211.967
Capital a integralizar em controlada (1)	10.197	4.285
Contraprestação contingente (2)	—	20.855
Ágio sobre investimento (3)	66.235	193.030
Outros Investimentos (4)	989	484
	282.228	430.621

(1) O capital a integralizar em controlada é analisado anualmente pela Companhia tomando como base a necessidade de caixa das investidas. (2) Na aquisição das ações da investida, a Companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores da VExpenses S.A. um valor adicional de R\$ 24.198 dentro de um prazo de 1 ano após a data da transação. Em 31 de dezembro de 2024, após o prazo inicial de 1 ano, o valor final dessa contraprestação foi apurado em R\$ 20.855. Com isso, foi baixado do ativo e do passivo o valor de R\$ 3.467 devido à reavaliação da parcela contingente, conforme previsão contratual. Ao longo do exercício de 2025 essa obrigação foi integralmente liquidada. (3) Em decorrência da incorporação das investidas Ponto Mais e VR Mobilidade ao longo do exercício de 2025, a Companhia procedeu à reclassificação do valor do ágio reconhecido na aquisição dessas investidas, transferindo-o para a rubrica de ativos intangíveis, apresentada no ativo não circulante. (4) A Companhia possui participação em COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO VALE DO PIQUIRI ABCD – Scredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP, com investimento inicial de R\$ 100,00 (cem reais), podendo ser resgatada após 20 (vinte) anos até 70% (setenta por cento) de seu capital social. Passado esse período e a cada 5 (cinco) anos, poderá o associado resgatar até 50% (cinquenta por cento) do valor do capital social, mantendo a sua condição de associado, com o mínimo de quotas-partes estabelecido, no valor de R\$ 989 (R\$ 484 em 2024). As participações em controladas e controladas em conjunto, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços nas datas base de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	2025	2024
Saldos em 31/12/2024	7.385	10
Aumentos do Investimento	(7.906)	14.030
Incorporação	2.517	—
Equivalência Patrimonial	1.443	—
	212.813	11.824
	216.252	25.864
	213.885	—
	484	505
	430.621	26.369

	2025	2024
Contas a receber de clientes	583.971	575.430
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(9.405)	(9.038)
	574.566	566.392

Contas a receber de clientes são relativos aos produtos de alimentação e refeição com vencimento no máximo de 90 dias. O vencimento das contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era:

A vencer	2025	2024
Vencidas	570.640	564.460
De 30 a 90 dias	7.039	5.158
De 91 a 180 dias	959	509
De 181 a		



VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

timento comparado com o valor patrimonial, ou seja, contábil, o qual é fundamentado com a expectativa de geração de rentabilidade futura decorrente do potencial de cada investida. Segue abaixo abertura do ágio por empresa:

	2025	2024
PontoMais Tecnologia S.A.	-	108.622
Global Serviços de Marketing S.A.	10.958	10.958
VR Mobilidade e Tecnologia S.A.	-	39.028
Vexpenses S.A.	55.277	55.277
	66.235	213.885

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2025		2024	
		Custo	Depreciação acumulada Líquido	Custo	Depreciação acumulada Líquido
Equipamentos de informática	20%	39.805 (35.786)	4.019 36.441 (32.766)	3.675	
Máquinas e aparelhos	10%	1.215 (915)	300 1.117 (793)	324	
Móveis e utensílios	10%	2.299 (1.057)	1.242 1.848 (719)	1.129	
Ativo direito de Uso	20%	10.741 (4.936)	5.805 12.007 (2.923)	9.084	
Benefiteiros Imóveis					
Terceiros	20%	3.449 (720)	2.729 - -	-	
Outros	10%	754 (530)	224 620 (405)	215	
		58.263 (43.944)	14.319 52.033 (37.606)	14.427	

Movimentação do Imobilizado

	2025	2024
Saldo no início do exercício	14.427	16.590
(+) Adições – Incorporação (nota 9)	1.212	-
(+) Adições	3.600	896
(-) Baixas	(105)	(53)
(-) Transferência	-	1.373
(-) Depreciação	(4.815)	(4.379)
Saldo no fim do exercício	14.319	14.427

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um seguro patrimonial corporativo com a Somp Seguros S.A. no valor de R\$ 60.000 (R\$ 70.513 em 2024 com a Axa Seguros S.A.).

11. Intangível

	2025	2024
Gastos de implantação de sistemas	177.941	97.510
Outras imobilizações em curso	5.017	50.212
Ágio Rentabilidade Futura	142.200	-
Mais Valia	36.832	31.392
Amortização acumulada	(94.710)	(53.091)
	267.280	126.023

Em 2025 foram realizadas baixas de itens totalmente amortizados no valor de R\$ 7.368 (R\$ 19.790 em 2024). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e concluiu que não há perda para redução ao valor recuperável de seus ativos. **Movimentação do Intangível**

	2025	2024
Saldo no início do exercício	126.023	102.020
(+) Adições – Incorporação (nota 9)	9.465	-
(+) Adições	28.461	35.993
(+) Transferência – Ágio de Mais Valia/Rentabilidade Futura	147.650	15.286
(-) Transferência	-	(1.373)
(-) Amortização	(44.319)	(25.603)
Saldo no fim do exercício	267.280	126.023

Movimentação do Ágio

	Saldos em 31/12/2024	Incorp. poração	Transfe-rência	Saldos em 31/12/2025
PontoMais tecnologia S.A.	-	108.622	(10)	108.612
VR Mobilidade e Tecnologia S.A. (*)	-	39.028	(5.440)	33.588
Ágio – Incorporação	-	147.650	(5.450)	142.200

(*) Em 2025, em decorrência da conclusão do laudo de alocação do preço de aquisição (PPA), elaborado nos termos do CPC 15 – Combinação de Negócios, a Administração procedeu à alocação de parte do saldo do ágio decorrente da incorporação para a rubrica de Mais-Valia, no montante de R\$ 5.440.

	Saldos em 31/12/2024	Transfe-rência	Saldos em 31/12/2025
Mais Valia	15.286	-	5.286
Vexpenses S.A.	6.444	5.440	11.884
Global Serviços de Marketing S.A.	2.844	-	2.844
PontoMais Tecnologia S.A.	6.818	-	6.818
	31.392	5.440	36.832

O ágio está sujeito anualmente ao teste de redução ao valor recuperável em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

12. Provisão para contingências – A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas. **a. Provisão para riscos e obrigações legais por natureza:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	2025		2024	
	Quantidade de Provisão	Depósito	Quantidade de Provisão	Depósito
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas				
Fiscais				
Remota	1	730	1	730
Trabalhistas				
Possível	-	-	12	871
Provável	9	467	2	261
Cíveis				
Provável	57	396	33	300
Ativo não circulante	-	-	914	-
Passivo não circulante	-	1.593	-	2.162
			2025	2024
Provisão para riscos fiscais			730	730
Provisão para riscos trabalhistas			467	1.132
Provisão para riscos cíveis			396	300
Total			1.593	2.162

b. Movimentação das provisões para riscos e obrigações legais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2024	730	1.889	131	2.750
Constituição	-	809	254	1.063
Baixas	-	(1.566)	(85)	(1.651)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	730	1.132	300	2.162
Incorporação (nota 9)	-	548	2	550
Constituição	-	499	298	797
Baixas	-	(1.712)	(204)	(1.916)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	730	467	396	1.593

c. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: A Companhia avalia periodicamente suas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os processos são analisados individualmente pela área jurídica interna, com suporte de assessores legais externos, considerando a natureza da demanda, histórico de decisões, estágio processual e demais elementos relevantes. As provisões são reconhecidas para processos classificados como de perda provável, com base na melhor estimativa de desembolso esperado. Os processos classificados como perda possível não são provisionados, mas são divulgados em notas explicativas. Processos classificados como perda remota não são divulgados. **d. Contingências trabalhistas e cíveis – Perdas possíveis:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava como parte em: 13 processos trabalhistas classificados como risco de perda possível, totalizando R\$ 1.381; 58 processos cíveis classificados como risco de perda possível, totalizando R\$ 1.987. Conforme prevê o CPC 25, não foram constituídas provisões para esses processos, uma vez que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda não atende ao critério de probabilidade para reconhecimento contábil, permanecendo, portanto, apenas como revelação em nota explicativa. **e. Contingências fiscais:** Em 31 de dezembro de 2025 e

2024, a Companhia não apresentava contingências fiscais classificadas como de perda provável ou possível, de acordo com a avaliação da assessoria jurídica. Assim, não há provisões registradas, tampouco montantes a divulgar em relação a demandas fiscais.

13. Imposto de renda e contribuição social – (a) Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	205.625	164.832
Exclusões (adições):	53.835	111.036
Despesas indedutíveis	11.910	7.565
Provisões diversas	41.925	103.471
Lucro ajustado	259.461	275.869
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(21.478)	(30.081)
Reversão de Imposto de renda e contribuição social s/incen-tivos fiscais (d)	7.825	4.938
Imposto de renda e contribuição social corrente	(59.564)	(63.429)
(b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Provisão para contingências	735	33
Provisão para perda esperada	3.073	125
Provisão para programa de fidelidade	34.166	6.268
Prejuízo fiscal e base negativa	65.225	-
Total	103.199	6.426

De acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 32 foi efetuado registro contábil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social das diferenças temporárias representadas pelas despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social oriundos de prejuízo fiscal e base negativa, considerando a expectativa de geração futura de resultados tributáveis e a consequente utilização desses créditos tributários baseado em estudo de realização preparado pela Administração. (c) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias do imposto de renda e contribuição social:

	Saldos em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2025
Provisão para contingências	735	33	(226)	542
Provisão para perda esperada	3.073	125	-	3.198
Provisão para programa de fidelidade	34.166	6.268	(4.616)	35.818
Prejuízo fiscal e base negativa	65.225	-	(23.062)	42.163
Total	103.199	6.426	(27.904)	81.721

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa considerando a taxa média de captação, é de R\$ 43.532 (R\$ 75.924 em 2024). (d) A Companhia aderiu a Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como a Lei do Bem, que tem por finalidade a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

14. Créditos em circulação – Nessa rubrica estão registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, cujo pagamento será realizado conforme prazo contratual, com prazo máximo de 28 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é no montante de R\$ 2.634.820 (R\$ 2.284.328 em 2024). A rubrica de crédito em circulação possui valores a pagar junto ao Banco VR S/A referente a realização das antecipações de recebíveis aos ECs (Estabelecimentos comerciais) no montante de R\$ 335.011 (R\$ 247.440 em 2024), atualizado a taxa de 125% do CDI, a partir da venda dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais ao Banco.

15. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores	20.675	22.930
Fornecedores de Vale Transporte	3.382	-
Total	24.057	22.930

16. Passivos de Arrendamento – Em 31 de dezembro de 2025, o passivo de arrendamento totaliza R\$ 6.569, associado principalmente a contrato de locação com vencimento final em agosto de 2028, para o qual restam 32 parcelas mensais. O ativo de direito de uso correspondente apresenta saldo de R\$ 5.805. A Companhia avaliou o impacto da exclusão dos tributos da parcela contratual e identificou que o efeito estimado seria imaterial nos saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento. Com base no conceito de materialidade estabelecido no CPC 26 e no custo-benefício da informação do CPC 23, a Companhia concluiu que a diferença não altera decisões econômicas dos usuários das demonstrações financeiras. O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

	Consolidado	Valor presente do passivo
Contratos	6.569	8.295
Desembolsos futuros		
Até 1 ano	2.885	2.885
1-4 anos	4.808	4.808
Total	7.693	7.693

Movimentação do passivo de arrendamento no exercício

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.002	10.002
Principal pago no exercício	(1.690)	(1.690)
Juros pagos no exercício	(1.110)	(1.110)
Juros provisionados no exercício	1.093	1.093
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.295	8.295
Principal pago no exercício	(1.940)	(1.940)
Juros pagos no exercício	(887)	(887)
Juros provisionados no exercício	1.101	1.101
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.569	6.569

Arrendamento Curto Prazo

	2025	2024
Arrendamento Longo Prazo	2.225	2.225
Arrendamento Curto Prazo	4.344	4.344
Outros	1.524	1.524
	280.806	179.505

17. Obrigações fiscais

	2025	2024
Provisão para PIS e COFINS	2.954	6.555
Provisão para ISS	2.756	1.865
Provisão para imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	43.218	46.049
Provisão contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	16.346	17.380
Outros	3.124	2.485
	68.398	74.334

18. Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Participações nos lucros (1)	33.078	25.562
Programa de incentivo a longo prazo (2)	89.604	87.557
Provisão de férias	21.505	17.503
Encargos sociais e outras	9.366	7.386
Total	153.553	138.008
Circulante	105.932	78.218
Não circulante	47.621	59.790

1. A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício, e avaliados no fim do exercício. 2. Em janeiro 2020 a Companhia estabeleceu o programa de pagamento baseado em ações que permitia ao pessoal-chave da administração a aquisição de ações. Em 1º de janeiro de 2023, uma nova outorga em termos semelhantes foi oferecida ao pessoal-chave da administração e aos funcionários seniores, com período de vesting em 5 anos. O plano foi criado com os seguintes objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão empreendedora do negócio. Este plano de incentivo não causará, em nenhuma hipótese, o direito do participante tornar-se sócio quotista da Companhia, já que eventual incentivo será pago nos termos das regras do plano de incentivo, maiores detalhes estão descritas na nota 3.1.

19. Outras obrigações

	2025	2024
Provisão com programa de fidelidade (1)	105.349	100.490
Notas de créditos a pagar	9.838	5.475
Provisão para reabertura (2)	10.190	-
Outros	3.747	38
Total	129.124	106.003

(1) VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltado para as empresas parceiras. (2)

Provisão de Reabertura s/domicílio bancário, a Companhia mantém provisão específica para cobrir eventuais reaberturas de valores baixados de créditos em circulação pendentes de pagamento, sem utilização com mais de 180 dias, baixados para receita. Prática atual de cálculo da provisão: • A base utilizada contempla o volume total de baixas e o percentual histórico de solicitações de reabertura; • O cálculo é revisito periodicamente para refletir o comportamento real dos estabelecimentos.

20. Patrimônio Líquido – Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 154.405 (R\$ 154.405 em 2024), dividido em 154.404.309 ações (154.404.309 em 2024), de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real). **Reserva Legal e Dividendos:** O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendo no montante de R\$ 24.405 sendo: • R\$ 3.622 referentes ao dividendo obrigatório mínimo do exercício de 2024; • R\$ 20.783 correspondentes a dividendos adicionais, deliberados com base no saldo de reservas de lucros disponível para distribuição. Os dividendos foram pagos ao longo do exercício de 2025. Segue abaixo a distribuição do resultado do exercício:

	2025	2024
Resultado do exercício	132.409	76.261
(-) constituição da reserva legal – 5%	6.621	3.813
(-) dividendos mínimos obrigatórios – 5%	6.289	3.622
Destinação para reserva de lucros	119.499	68.826

Reserva de capital: Em 17 de abril de 2020, foi constituída reserva de R\$ 294.782, mediante a aumento de capital realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

21. Receita líquida

	2025	2024
Receita de prestação de serviço a clientes	143.914	60.099
Receita de prestação de serviço a estabelecimentos	1.055.305	954.554
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(26.491)	(20.635)
	1.172.728	994.018

22. Custo dos serviços vendidos

	2025	2024
--	------	------



VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

ao prejuízo financeiro. A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pela análise das características individuais de cada cliente, quanto à sua condição financeira, a proposta de limite de crédito e termos de pagamento. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa nº 5 (iii) **Risco de mercado e liquidez**: A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de mercado e liquidez é da Administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longos prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Para a Companhia participar de concorrência pública é necessário o cumprimento de índices financeiros iguais ou superiores a 1,0 de capital circulante líquido. O risco de mercado é gerenciado através de aplicações em papéis pós-fixados de instituições financeiras de baixo risco de crédito, o risco é o que o valor justo dos instrumentos financeiros oscile em função de mudanças nas condições de mercado, incluindo taxas de juros, índices de preços e condições macroeconômicas gerais.

30. Instrumentos financeiros – A Companhia possui instrumentos financeiros, segue abaixo os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Instrumento Financeiro				
Ativos Mensurados	Classificação	2025	2024	Nível
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	2.457.502	1.963.048	
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	574.565	566.392	
Contas a receber com partes relacionadas	Custo Amortizado	6.753	50.598	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Valor Justo	47.723	-	2
Total dos Ativos Financeiros		3.086.543	2.580.038	
Créditos em circulação	Custo Amortizado	(2.634.820)	(2.284.328)	
Valores a Pagar para Sociedades Ligadas	Custo Amortizado	(1.000)	(13.095)	
Passivos Financeiros		(2.635.820)	(2.297.423)	
Total Instrumentos Financeiros				
Líquidos		450.723	282.615	

(i) Mensuração do valor justo: De acordo com o CPC 46 Mensuração do Valor Justo, a hierarquia dos níveis de classificação do valor justo é, resumidamente, a seguinte: Informações de Nível 1. São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. O preço cotado em mercado ativo, oferece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizado sem ajuste para mensurar o valor justo sempre que disponível. Informações de Nível 2. São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Se o ativo ou o passivo tiver prazo determinado (contratual), a informação de Nível 2 deve ser

observável substancialmente pelo prazo integral do ativo ou passivo. Informações de Nível 3. (inputs) são dados não observáveis para o ativo ou passivo. A Companhia deve desenvolver dados não observáveis utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade. A Companhia utiliza as informações de mercado fornecidas pelas instituições financeiras, nas quais possui os instrumentos financeiros para mensurar suas aplicações financeiras. **(ii) Análise de sensibilidade:** As flutuações das taxas de juros, como, a taxa DI podem afetar de forma positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos das contas.

Conta	31/12/2025	DI	Sem Indexador
Caixa e equivalentes de caixa	2.457.502	2.457.502	-
Contas a receber de clientes	574.565	-	574.565
Contas a receber com partes relacionadas	6.753	6.753	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	47.723	-	47.723
Total dos ativos financeiros	3.086.543	2.464.255	622.288
Créditos em circulação	(2.634.820)	-	(2.634.820)
Valores a Pagar para Sociedades Ligadas	(1.000)	(1.000)	-
Total dos passivos financeiros	(2.635.820)	(1.000)	(2.634.820)
Total líquido	450.723	2.463.255	(2.012.532)

Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade que apresenta os seguintes cenários, provável, com queda de 50% aumento de 25% e 50% da variável de risco considerada. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme a seguir:

	Cenário provável	Cenário	Risco de 25%		Risco de 50%	
			Redução	Aumento	Redução	Aumento
DI	14,51%	Redução	10,88%	7,25%	-	-
DI	14,51%	Aumento	18,14%	21,77%	-	-
		Saldo líquido	Cenário provável	Redução de 25%	Redução de 50%	
Ativos		31/12/2025	357.563	268.111	178.658	
DI	Risco	Redução do índice	2.464.255	357.563	268.111	178.658
Total			2.463.255	357.418	267.930	178.440
		Saldo líquido	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%	
Passivos		31/12/2025	(1.000)	(145)	(181)	(218)
DI	Risco	Aumento do índice	(1.000)	(145)	(181)	(218)
Total			2.463.255	357.418	267.930	178.440

O cenário provável é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo este calculado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações, tendo em conta até 12 meses de vencimento. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía posição com instrumentos financeiros derivativos.

31. Transações entre partes relacionadas – Os valores abaixo se referem às tran-

sações com partes relacionadas do Grupo VR ocorridas no exercício. As taxas nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações, conforme observação de transações equivalentes com partes independentes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as operações realizadas com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

	2025		2024	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Banco VR S.A.				
Disponibilidades em conta corrente	384	-	359	-
Aplicações financeiras	575.107	68.526	543.083	46.171
Fornecedores	-	-	-	(1.572)
Valores a pagar	(335.011)	(29.877)	(247.440)	(21.922)
Outras contas a receber	2.306	-	-	-
VR Assessoria de Investimentos Ltda.				
Fornecedores	(23.344)	(44.374)	-	(14.374)
VR Prestação de Serviços Administrativos Ltda.				
Fornecedores	-	(9.496)	-	(7.680)
VR Aluguéis e Serviços S.A.				
Fornecedores	(240)	(3.167)	(233)	-
Global Serviços de Marketing S.A.				
(Controlada)				
Valores a pagar a sociedades ligadas	(1.000)	(11.906)	(2.571)	(416)
VR Mobilidade e Tecnologia S.A.				
(Controlada)				
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	50.393	4.938
PontoMais Tecnologia S.A.				
(Controlada)				
Fornecedores	-	-	-	(69)
Vexpenses S.A. (Controlada em conjunto)				
Contas a receber com partes relacionadas	6.753	18	205	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	-	(10.524)	(104)
Passivo a descoberta de investida	(1.571)	-	-	-

Remuneração da Administração: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve remuneração o pessoal-chave da administração.

32. Eventos subsequentes – Na data do fechamento do exercício, até a data de autorização das demonstrações financeiras não ocorreu nenhum evento que tenha impacto contábil ou financeiro.

A Diretoria
Ademar Ripke Júnior – TC CRC 1SP 217.934/O-2

Aos Acionistas e Diretores da

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas, com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, planejamos

procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações, os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo, para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP
Camila Coelho Querodia
Contadora – CRC 1SP 294.059/O-8



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

